



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

37º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2016 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, conceder-se-á:

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas corpus*.
- c) *habeas data*.
- d) mandado de injunção.
- e) certidão.

2) São direitos sociais:

- a) a educação, a saúde e o lazer.
- b) a livre associação e o direito de reunião.
- c) o direito de propriedade e de herança.
- d) a defesa do consumidor e o acesso à informação.
- e) a moradia, a segurança e a liberdade de manifestação do pensamento.

3) Acerca da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente por lei específica pode ser criada autarquia.
- b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo algumas exceções.
- c) É vedada a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias de servidor público estatutário.
- d) O servidor público não tem assegurado o direito de greve.
- e) Os princípios da impessoalidade e da moralidade vedam o nepotismo.

4) Sobre o Sistema Tributário Nacional, é incorreto afirmar que:

- a) a legalidade estrita constitui uma limitação ao poder de tributar.
- b) é proibido cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
- d) a imunidade tributária dos livros não se estende ao papel destinado à sua impressão.
- e) estão compreendidos na competência tributária dos Estados os seguintes impostos: ICMS, ITD e IPVA.

5) Sobre o Sistema Orçamentário, é incorreto afirmar que:

- a) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinadas ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.
- b) as despesas com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
- c) a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente.
- d) para o cumprimento dos limites das despesas com pessoal, é possível a exoneração de servidores não estáveis.
- e) as medidas de redução das despesas com pessoal levam à extinção do cargo, sem prejuízo da sua recriação a qualquer tempo.

6) Sobre a nacionalidade e os direitos políticos, é correto afirmar que:

- a) os brasileiros natos são somente aqueles nascidos no território nacional.
- b) os brasileiros naturalizados são somente aqueles que residirem no território nacional por um ano ininterrupto.
- c) a soberania popular será exercida apenas por meio do voto.
- d) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos, inclusive para os analfabetos.
- e) os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis.

7) Sobre as funções essenciais à justiça, é incorreto afirmar que:

- a) os advogados são invioláveis por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) os Procuradores dos Estados exercem a representação judicial e a consultoria jurídicas das unidades federadas.
- c) ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) o Poder Executivo não pode realizar ajustes na proposta orçamentária encaminhada pelo Ministério Público, em respeito à sua autonomia financeira e orçamentária.
- e) aos Defensores Públicos é vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais.

8) Sobre os direitos fundamentais, é correto afirmar que:

- a) é vedado à lei disciplinar os direitos fundamentais, pois constituem cláusula pétrea.
- b) tendo em vista a hierarquia dos direitos fundamentais, não é possível sua restrição, tampouco sua conformação.
- c) os direitos sociais se satisfazem com uma mera abstenção do Estado.
- d) os direitos fundamentais conferem ao particular uma pretensão subjetiva oponível ao Estado.
- e) os direitos fundamentais possuem uma função meramente interpretativa e axiológica, não conferindo ao seu titular uma pretensão sindicável em juízo.

9) Sobre o princípio da proporcionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O princípio da proporcionalidade se compõe de três subprincípios: adequação (ou idoneidade), necessidade (ou exigibilidade) e proporcionalidade em sentido estrito.
- b) A idoneidade ou adequação da medida diz respeito à sua capacidade empírica para contribuir para a realização do fim pretendido.
- c) A necessidade ou exigibilidade impõe não haver outro meio menos oneroso que viabilize a consecução do fim almejado.
- d) No exame da proporcionalidade em sentido estrito, verifica-se se os custos suportados por um dos princípios em rota de colisão são compensados pelos benefícios trazidos pela medida restritiva ao princípio a ele contraposto.
- e) O princípio da proporcionalidade é o guia do raciocínio ponderativo, orientando a solução de conflitos entre princípios constitucionais. Porém, não é suficiente para resolver casos difíceis, em que dois ou mais direitos fundamentais se contrapõem.

10) Sobre as características das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) As normas constitucionais desfrutam de superioridade jurídica em relação a todas as demais normas.
- b) As normas constitucionais se valem, com abundância maior que as demais normas jurídicas, de cláusulas gerais, pelas quais se transfere ao intérprete o poder de criação do Direito.
- c) As normas constitucionais não podem assumir a feição de regras jurídicas, porque estas, por serem comandos objetivos e descritivos de comportamentos que se aplicam na modalidade “tudo ou nada”, são mais condizentes com o modo de elaboração das leis.
- d) As normas constitucionais destinam-se, sobretudo, a disciplinar e estruturar o exercício do poder político, a definir direitos fundamentais e traçar fins sociais a serem alcançados pelos poderes públicos.
- e) As normas constitucionais têm uma dimensão política, pois fazem a travessia entre o fato político e a ordem jurídica.

11) Assinale a alternativa que contempla dois exemplos de exercício de controle de constitucionalidade por órgãos políticos:

- a) O descumprimento, pelo Chefe do Poder Executivo, de uma lei que ele considere ser incompatível com a Constituição; o juízo prévio, feito pelo Congresso Nacional, acerca dos pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.
- b) A sustação, pelo Congresso Nacional, de ato normativo editado pelo Chefe do Poder Executivo que exorbite de seu poder regulamentar; a promulgação de lei que viola as limitações ao poder de tributar.
- c) A oposição do veto a um projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade; a convocação de Ministro de Estado para depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) A aprovação de emenda constitucional superadora de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; a elaboração e promulgação de leis delegadas.
- e) A revogação de uma lei inconstitucional; a expedição de um decreto regulamentador de uma lei.

12) Não é característica básica do Estado Federal:

- a) a autonomia política dos entes federados.
- b) a existência de uma Constituição Federal como fundamento de validade das ordens jurídicas parcial e central.
- c) a previsão constitucional da repartição de competências entre os entes federados.
- d) a existência de direito de secessão.
- e) a participação dos Estados-membros na formação da vontade federal.

13) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o processo de *impeachment* do Presidente da República, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete à Câmara dos Deputados admitir ou não a denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Uma vez autorizado o processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados, o Senado Federal não poderá se negar a instaurá-lo.
- c) Instaurado o processo de *impeachment* pelo Senado Federal, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções.
- d) Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias desde a suspensão do Presidente da República de suas funções, se o julgamento ainda não tiver sido concluído, cessará o afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- e) O julgamento do processo de *impeachment* compete ao Senado Federal.

14) Sobre o poder de reforma da Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) O poder de emenda distingue-se da revisão constitucional, porque esta é modalidade excepcional de alteração da Constituição e foi prevista pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) com a finalidade específica de permitir a adaptação do texto constitucional ao resultado do plebiscito de 1993.
- b) A existência de um procedimento especial de modificação da Constituição de 1988, mais complexo e difícil do que aquele próprio à atividade comum do Poder Legislativo, é o que permite caracterizá-la como uma Constituição rígida.
- c) Uma proposta de emenda à Constituição que estabelecesse a monarquia como forma de governo violaria a cláusula pétrea relativa ao voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) Uma proposta de emenda à Constituição que estabelecesse o fim da reeleição violaria a cláusula pétrea relativa ao voto direto, secreto, universal e periódico.
- e) O poder de emenda à Constituição de 1988 está sujeito a limites formais, materiais e circunstanciais.

15) Sobre o Estatuto dos Congressistas, é correto afirmar:

- a) A imunidade parlamentar é concebida para gerar um privilégio ao indivíduo que esteja no desempenho de mandato popular.
- b) Os parlamentares gozam de imunidade material na esfera civil, ou seja, não podem ser responsabilizados civilmente por suas opiniões, palavras e votos, mas não são imunes à responsabilização criminal.
- c) A imunidade material somente protege o parlamentar quanto aos atos praticados em conexão com o exercício do mandato.
- d) As imunidades formais garantem ao parlamentar não ser preso ou não permanecer preso, bem como a necessidade de a Casa Legislativa respectiva autorizar a instauração de processo penal contra ele.
- e) Os deputados federais e senadores gozam de prerrogativa de foro, isto é, são processados criminalmente pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo após o término de seu mandato.

DIREITO CIVIL

16) Quanto aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:

- a) Erro é a noção falsa que o agente tem de qualquer dos elementos do ato jurídico ou do negócio.
- b) Dolo é o artifício ou expediente astucioso empregado para induzir alguém à prática de um ato que prejudica, aproveitando ao autor do dolo ou a terceiro.
- c) A coação é a ameaça com que se constrange alguém à prática de um ato jurídico.
- d) A fraude contra credores é considerada um vício de consentimento.
- e) A situação de receio ou temor que leva o necessitado a praticar um ato que, em outras situações, não o faria, caracteriza o estado de perigo.

17) É incorreta a alternativa segundo a qual é anulável:

- a) o negócio jurídico quando a declaração de vontade emanar de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- b) o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa;
- c) por dolo o negócio jurídico, quando este for a sua causa;
- d) o negócio de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore;
- e) o contrato oneroso do devedor insolvente, quando a insolvência for notória.

18) Segundo o Código Civil, as hipóteses abaixo não constituem atos ilícitos, exceto:

- a) a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente;
- b) os praticados por titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;
- c) os praticados no exercício regular de um direito reconhecido;
- d) a destruição da coisa alheia a fim de remover perigo iminente;
- e) os praticados em legítima defesa.

19) Quanto à prescrição, assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil:

- a) O fluxo da prescrição iniciada contra uma pessoa se encerra com a morte desta, não correndo, portanto, contra o seu sucessor.
- b) A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer duas vezes, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- c) Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Ocorre em dez anos a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- e) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

20) Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A solidariedade se presume.
- b) A solidariedade pode resultar da lei.
- c) A solidariedade pode resultar da vontade das partes.
- d) Cada um dos credores solidários tem direito de exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- e) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

21) Acerca do pagamento, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento não deve ser feito a quem de direito represente o credor, sob pena de ser considerado inválido.
- b) O pagamento feito ao credor putativo, ainda que de boa-fé, é inválido.
- c) Considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante.
- d) O credor é obrigado a receber prestação mais valiosa, mesmo que diversa da que lhe é devida.
- e) O devedor que paga tem direito a quitação regular, mas é indevida a retenção do pagamento enquanto aquela não lhe seja dada.

22) Assinale a alternativa correta:

- a) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo, sendo sempre necessária, para tanto, a prova da culpa.
- b) A indenização mede-se pela extensão da culpa, e não do dano.
- c) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- d) O incapaz não responde pelos danos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- e) É intransmissível com a herança o direito de exigir reparação.

23) Quanto ao contrato, é incorreto afirmar, segundo o Código Civil:

- a) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.
- b) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- c) É ilícito às partes firmar contratos atípicos.
- d) A boa-fé possui função interpretativa dos contratos.
- e) A boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato.

24) A questão referente à fixação do momento do óbito de duas ou mais pessoas tem relevo em matéria sucessória. Assim, nos termos do Código Civil, caso dois ou mais indivíduos faleçam na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se:

- a) Sendo um deles ascendente do outro, considera-se falecido primeiro o ascendente.
- b) São simultaneamente mortos.
- c) São mortos na ordem crescente de suas idades.
- d) Sendo um deles ascendente do outro, considera-se falecido primeiro o descendente.
- e) São simultaneamente mortos, desde que não haja vínculo de parentesco entre eles.

25) Sobre o registro das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- b) As sociedades empresárias são inscritas nas Juntas Comerciais e as associações, fundações e sociedades simples no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- c) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) O registro dá a publicidade necessária acerca da pessoa jurídica e interessa tanto para o relacionamento entre os que a integram como para suas relações com terceiros.
- e) É vedado que o registro declare o destino do patrimônio da pessoa jurídica em caso de sua extinção.

26) Quanto ao ponto comercial e ao denominado direito ao ponto, marque a alternativa correta:

- a) O ponto comercial classifica-se como um bem corpóreo.
- b) A proteção conferida pela lei ao ponto comercial é a possibilidade de renovação locatícia obrigatória, exercida por meio da ação pauliana.
- c) O ponto comercial não integra o estabelecimento comercial.
- d) O ponto comercial pertence ao proprietário do imóvel e não à pessoa que explora a atividade empresarial naquele local.
- e) A obrigatoriedade de manutenção do contrato de locação não é absoluta, sendo necessário o cumprimento dos requisitos específicos previstos em lei para que ocorra a renovação compulsória.

27) Segundo o Código Civil, os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro denominam-se:

- a) Bens acessórios.
- b) Benfeitorias úteis.
- c) Benfeitorias necessárias.
- d) Pertencas.
- e) Benfeitorias voluptuárias.

28) De acordo com o Código Civil, em relação ao negócio jurídico, é incorreto afirmar:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que relativa.
- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

29) Têm domicílio necessário, nos termos do Código Civil, exceto:

- a) o servidor público.
- b) o incapaz.
- c) o militar.
- d) o preso.
- e) a pessoa jurídica.

30) Considerando as determinações do Código Civil sobre o Direito de Empresa, marque a alternativa incorreta:

- a) As pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e partilha, entre si, dos resultados, celebram contrato de associação.
- b) A sociedade por ações, independente de seu objeto, é considerada empresária.
- c) A cooperativa, independente de seu objeto, é considerada simples.
- d) Denomina-se sociedade em comum aquela em que não foram inscritos os seus atos constitutivos no registro próprio.
- e) A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Acerca da aplicação das normas processuais, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) A jurisdição civil brasileira será regida exclusivamente por disposições previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais, ainda que deles o Brasil não seja parte.
- b) As disposições do Código de Processo Civil de 2015 jamais serão aplicadas aos processos trabalhistas, mesmo que supletiva e subsidiariamente.
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) Mesmo após a sua entrada em vigor, as disposições do Código de Processo Civil de 2015 nunca serão aplicadas aos processos pendentes.
- e) A aplicação do Código de Processo Civil de 2015 não respeitará os atos processuais praticados ou as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, já que a norma processual ignora a proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito, prevista na Constituição da República.

32) De acordo com a estrutura judiciária nacional disposta na Constituição da República, não é órgão do Poder Judiciário:

- a) a Procuradoria Geral do Estado.
- b) o Supremo Tribunal Federal.
- c) o Superior Tribunal de Justiça.
- d) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.
- e) os Tribunais e Juízes do Trabalho.

33) No que concerne à ação, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) Qualquer pessoa poderá pleitear direito alheio em nome próprio, ainda que o ordenamento jurídico a proíba de fazê-lo.
- b) O Código de Processo Civil de 2015 não admite a ação meramente declaratória, em qualquer hipótese.
- c) É vedado ao autor ter interesse na declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- d) Para postular e juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- e) Para postular em juízo é desnecessário ter interesse ou legitimidade, bastando que o autor compareça pessoalmente perante o magistrado.

34) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, não é modalidade de intervenção de terceiros:

- a) a assistência.
- b) a denunciação da lide.
- c) o chamamento ao processo.
- d) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) a contestação.

35) A respeito da sentença, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) Considera-se fundamentada a sentença que simplesmente invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- b) O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes.
- c) A sentença deve ser interpretada em desconformidade com o princípio da boa-fé.
- d) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la a qualquer tempo, sempre que mudar seu entendimento a respeito da questão de direito.
- e) O único elemento essencial da sentença é o relatório, sendo desnecessários os fundamentos e o dispositivo.

36) Dentre os itens abaixo, assinale a afirmativa que revela um dos componentes da garantia do contraditório participativo, expressamente previsto como norma fundamental no Código de Processo Civil de 2015:

- a) No curso do processo, somente é lícita a sucessão voluntária das partes nos casos expressos em lei.
- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- e) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

37) No CPC/2015, constituem causas de modificação da competência:

- a) a conexão, a continência e a cláusula de eleição de foro.
- b) a continência e a litispendência.
- c) a conexão e a reconvenção.
- d) a coisa julgada e a ação declaratória incidental.
- e) o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a reconvenção.

38) Em demanda cujo pedido seja condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer fundada em contrato celebrado entre as partes, é correto dizer que a nulidade do contrato, alegada em defesa pelo réu, constitui:

- a) questão prejudicial a questão preliminar.
- b) questão preliminar a questão prejudicial.
- c) questão preliminar ao mérito.
- d) questão preliminar de mérito.
- e) questão prejudicial de mérito.

39) Considerando o princípio do autorregramento da vontade, é correto afirmar que, sob o Código de Processo Civil de 2015, as partes:

- a) podem celebrar quaisquer negócios jurídicos processuais, sendo vedado o controle pelo órgão judicial.
- b) podem estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo, desde que verse o processo sobre direitos que admitam autocomposição e sejam as partes plenamente capazes.
- c) podem estipular apenas os negócios jurídicos processuais propostos pelo juiz da causa.
- d) podem celebrar somente os negócios jurídicos processuais expressamente previstos em lei.
- e) não podem celebrar nenhum negócio jurídico processual.

40) Assinale o recurso que, como regra geral, é dotado de efeito suspensivo automático no sistema do Código de Processo Civil de 2015:

- a) Apelação.
- b) Agravo de Instrumento.
- c) Recurso Especial.
- d) Recurso Extraordinário.
- e) Agravo Interno.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Redes sociais: Proveitos e Riscos

A 7 de setembro, data da independência do Brasil, ocorreu algo novo: as ruas foram ocupadas por mobilizações populares convocadas através da Internet.

As pessoas saíram em passeatas para protestar contra a corrupção, o sucateamento da educação, e por reforma agrária e auditoria da dívida pública, entre outros temas. E fizeram questão de imprimir às manifestações caráter apartidário. Quem se atrevesse a desfilar com sigla de partido político era imediatamente rechaçado. Ali, no 7 de setembro, uniram-se o Grito dos Excluídos – uma tradicional manifestação de rua por reformas sociais – e o grito dos indignados.

As ruas do Brasil, até então acostumadas a ver, nos últimos tempos, apenas manifestações de evangélicos, gays e defensores da liberação da maconha, voltaram a ser palco de pressão política e reivindicação popular.

O poder convocatório das redes sociais é inegável. Elas possuem uma capilaridade que supera qualquer outro meio de comunicação. E carecem de censura ou editoração falaciosa. (...)

As redes sociais têm, entretanto, seu lado obscuro e perverso: a prostituição virtual de adolescentes que exibem sua nudez; o estímulo à pedofilia; a difusão de material pornográfico; o incitamento à violência; a propaganda de armas; o roubo virtual de senhas de cartões de crédito e contas bancárias.

Espero não tardar o dia em que as escolas introduzirão em seus currículos a disciplina Redes Sociais. Crianças e jovens serão educados no uso dessa importante ferramenta, aprimorando o olhar crítico, o senso ético e, em especial, a síntese cognitiva, de modo a extrair sentidos ou significações do incessante fluxo de informações e dados.

Graças à Internet, qualquer usuário pode se arvorar, agora, em sujeito político e protagonista social, abandonando a passivo papel de mero espectador.

É preciso, entretanto, ter cuidado com as redes sociais. O Facebook, que congrega, hoje, meio bilhão de pessoas, é uma ferramenta-espião. Nada garante a privacidade dos usuários. Mesmo após deletar a conta e abandonar o Facebook, os dados do ex-usuário podem ser rastreados e registrados.

Como funciona? O Facebook instala cookies no seu computador. Eles armazenam informações de navegação e as transmitem para servidores remotos.

Veja o alerta de Renan Hamann: “Segundo o USA Today, a rede social quebra regras de privacidade em três níveis: 1) Conectado: assim que o usuário utiliza os servidores, um cookie de sessão e outro de navegação são instalados no navegador. São responsáveis pela medição de tempo de permanência na página, e localizam o IP, a resolução e várias informações técnicas. 2) Desconectado: quando o usuário sai do Facebook, apenas o cookie de navegação é instalado. Porém, todos os itens citados anteriormente continuam a ser informados ao servidor, incluindo IP e tempo de permanência. 3) Após o usuário deletar a conta na rede social, ele continua sendo rastreado.” (...)

Por que o rastreamento? Para tornar o usuário alvo direto de apelos consumistas – a personalização da publicidade. Se o mercado conhece seus gostos e preferências, temas do seu interesse e modo de pensar, fica mais fácil lançar em sua direção as iscas de consumo.

Algo parecido ocorre com o Google. Quando você digita “viagem”, o Google propõe a sites de empresas diversos links associados a publicidades textuais curtas. Os anunciantes escolhem as palavras-chaves às quais seus produtos devem estar associados. Por isso, o Google corrige quando você escreve errado. Não por amor à boa ortografia, e sim para acionar o link vinculado ao site. A empresa anunciante só paga ao Google quando o usuário clica no link.

Graças a esses truques eletrônicos, o Google abocanhou, de julho a setembro de 2011, a soma de US\$ 9,72 bilhões! – 33% a mais que no mesmo período de 2010. Certas palavras mais digitadas engordam o lucro da empresa, como “sexo”, “amor” ou “Deus”, “Jesus” etc. O Google conseguiu transformar as palavras em mercadorias. E, se não tomarmos cuidado, no futuro ele condicionará nosso modo de expressão linguística, empobrecendo o idioma, anulando suas potencialidades e definhando o nosso espírito.

(Texto de Frei Betto, disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/29-redes-sociais-proveitos-e-riscos>)

41) Assinale a passagem que mostra uma percepção diferente daquela defendida pelo autor no texto:

- a) As Redes Sociais, além de disseminarem o ódio social, o estímulo à violência e as más condutas humanas, não possuem poder de persuasão.
- b) As Redes Sociais são utilizadas como importantes ferramentas para a manifestação de questões sobre a afirmação de causas singulares e coletivas; ao mesmo tempo, mercantilizam a subjetividade do indivíduo.
- c) As Redes Sociais possuem um alcance maior do que qualquer outra mídia.
- d) As Redes Sociais são utilizadas para estimular a participação das massas para as causas sociais coletivas e de grupos particulares.
- e) As Redes Sociais são instrumentos contemporâneos de interação cuja apropriação pelas escolas se faz necessária.

42) As perguntas que iniciam os parágrafos 9º e 12º (“Como funciona?” e “Por que o rastreamento?”) têm como finalidades, respectivamente:

- a) criticar o modo como funciona uma tecnologia e justificar a intencionalidade de um processo.
- b) explicar a estratégia de sedução de uma ferramenta tecnológica e comunicar um tipo de atuação da rede social.
- c) comentar eventuais falhas na dinâmica de uma rede social e esclarecer o objetivo de uma rede social.
- d) explanar a técnica que envolve o processo de busca na rede social e discordar de uma ação da rede social.
- e) apresentar o modo como opera uma rede social e elucidar o propósito de uma ação característica da rede social.

43) Para o autor confirmar sua tese sobre a falta de preocupação com a vida particular dos indivíduos nas redes sociais, ele utiliza como recurso argumentativo:

- a) opinião própria.
- b) estatística.
- c) evidência.
- d) testemunho de autoridade.
- e) analogia.

44) Assinale o item em que a crase está incorreta:

- a) Graças às Redes Sociais, temos, simultaneamente, acesso ao mundo da informação.
- b) O conhecimento reservado à tribos específicas pertencentes aos segmentos sociais restringe o papel das mídias eletrônicas.
- c) Nada garante a privacidade dos usuários à Internet.
- d) O incitamento à violência propagado pelas Redes Sociais pode ser penalizado.
- e) Às Redes Sociais, são direcionadas muitas críticas negativas, mas sabemos que há muito mais aspectos positivos.

45) Assinale a opção que corresponde à correta classificação dos articuladores discursivos (conjunções) destacados do texto:

I - Espero não tardar o dia EM QUE as escolas introduzirão em seu currículo a disciplina Redes Sociais. (pronomes relativos)

II - SE o mercado conhece seus gostos e preferências, temas do seu interesse e modo de pensar, fica mais fácil... (articulador argumentativo condicional - conjunção subordinativa condicional)

III - QUANDO você digita "viagem", o Google propõe, a sites de empresas.... (conjunção subordinativa temporal)

IV - PORÉM, todos os itens citados anteriormente continuam a ser informados ao servidor... (conjunção coordenativa adversativa)

- a) Todas as opções estão corretas.
- b) Somente as opções I e IV estão corretas.
- c) Somente as opções I, II e III estão corretas.
- d) Somente as opções II e IV estão corretas.
- e) Somente a opção IV está correta.

46) Considerando que os elementos coesivos devem ser responsáveis pela produção do sentido do texto, marque a opção em que as correspondências cumprem corretamente essa função:

I - Espero não tardar o dia em que as escolas introduzirão em seus currículos a disciplina REDES SOCIAIS. Crianças e jovens serão educados no uso DESSA FERRAMENTA.

II - O Facebook instala COOKIES no seu computador. Eles armazenam informações de navegação e AS transmitem para servidores remotos.

III - Os anunciantes escolhem AS PALAVRAS-CHAVES ÀS QUAIS seus produtos devem estar associados.

IV - O GOOGLE conseguiu transformar as palavras em mercadorias.(...) Ele condicionará NOSSO MODO DE EXPRESSÃO LINGUÍSTICA.

- a) Só a opção I está correta.
- b) As opções I, II e III estão corretas.
- c) Todas as opções estão corretas.
- d) Só as opções I e III estão corretas.
- e) Só as opções II e IV estão corretas.

47) O poder convocatório das redes sociais é inegável. Elas possuem uma capilaridade que supera qualquer outro meio de comunicação. E carecem de censura ou editoração falaciosa. Nesse período, a conjunção E em destaque estabelece uma relação de:

- a) adição
- b) alternância
- c) oposição
- d) explicação
- e) conclusão

48) Considere as afirmações a seguir:

I - O Google corrige quando você escreve errado.

II - O Google conseguiu transformar as palavras em mercadorias.

III - No futuro, o Google condicionará nosso modo de expressão linguística, empobrecendo o idioma.

Essas afirmações articulam-se com coerência, clareza e correção em:

- a) O Google transformará nosso modo de expressão linguística, tendo em vista que transforma as palavras, porquanto mercadorias para o futuro ao corrigir o que se escreve errado.
- b) Por corrigirem a escrita, o Google ao transformar palavras em mercadorias, acabará empobrecendo o idioma no futuro.
- c) Embora o Google corrija, o que se escreve errado, condiciona nosso modo de expressão linguística e, por conseguinte, no futuro, empobrecerá o idioma.
- d) Conquanto querendo corrigir as palavras, o Google consegue, transformar a expressão linguística em mercadoria, condicionando o nosso idioma futuro ao empobrecimento.
- e) Apesar de corrigir o que se escreve errado, o Google consegue transformar palavras em mercadorias, o que, de certa forma, no futuro, poderá condicionar e empobrecer nossa expressão linguística.

49) A 7 de setembro, data da independência do Brasil, ocorreu algo novo: as ruas foram ocupadas por mobilizações populares convocadas através da internet.

Assinale a alternativa que corresponde ao uso correto da pontuação:

- a) As duas vírgulas vêm para introduzir uma frase de valor explicativo.
- b) A primeira vírgula vem para evidenciar o aposto e a segunda vem para chamar atenção para uma explicação.
- c) A primeira vírgula vem para dar uma pausa necessária no início da frase e a segunda vem para evidenciar algo novo que será anunciado.
- d) A primeira vírgula vem para isolar o vocativo e a segunda vem para introduzir uma novidade.
- e) As duas vírgulas vêm para destacar uma enumeração.

50) Marque, abaixo, a opção correta que apresenta a mesma ideia do trecho destacado, sob a forma de outra flexão verbal:

“(...) as ruas foram ocupadas por mobilizações populares convocadas através da internet.”

- a) A internet foi convocada pelas ruas, que foram ocupadas pelas mobilizações populares.
- b) As ruas foram ocupadas pelas mobilizações populares e pela internet.
- c) As ruas foram convocadas através da internet pelas mobilizações sociais.
- d) As mobilizações populares ocuparam as ruas, convocadas através da internet.
- e) Através de convocação da internet, as ruas foram ocupadas por mobilizações populares.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 do Regulamento do 37º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) C
- 2) A
- 3) D
- 4) D
- 5) E
- 6) E
- 7) D
- 8) D
- 9) E
- 10) C
- 11) A
- 12) D
- 13) B
- 14) D
- 15) C

DIREITO CIVIL:

- 16) D
- 17) B
- 18) B
- 19) E
- 20) A
- 21) C
- 22) C
- 23) C
- 24) B
- 25) E
- 26) E
- 27) D
- 28) B



29) E

30) A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

31) C

32) A

33) D

34) E

35) B

36) C

37) A

38) E

39) B

40) A

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO:

41) A

42) E

43) D

44) B

45) A

46) D

47) C

48) E

49) A

50) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11:00 às 17:30 horas.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2016.